

ATORES TRANSNACIONAIS E CONTROLE DO ESPAÇO

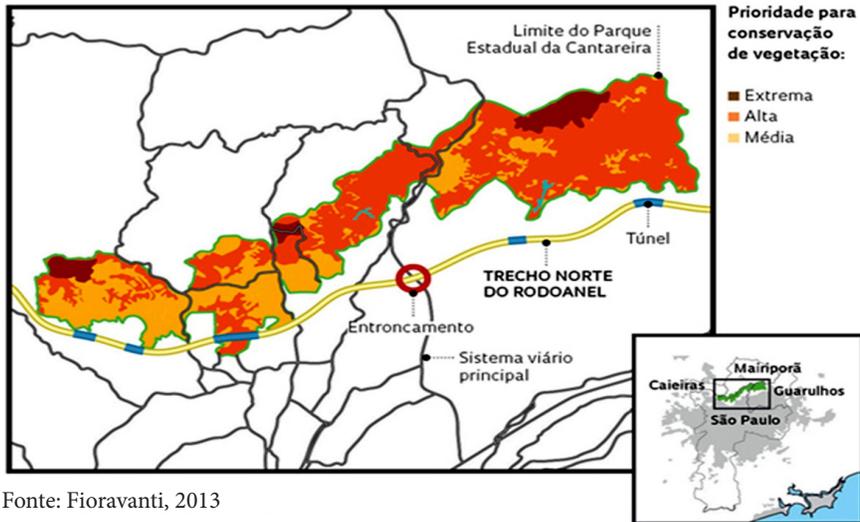
DIAMANTINO PEREIRA
IVINI FERREIRA

INTRODUÇÃO

Diante da eminência da conclusão da maior obra de infraestrutura urbana da América Latina, o rodovial viário no entorno da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), emergem questões espaciais e de controle social que merecem ser discutidas sob um enfoque geocrítico. Conflitos territoriais derivados de processos de licenciamento ambiental de grandes projetos urbanos podem estimular ações coletivas transnacionais que buscam retomar o controle social e territorial? Demonstraremos a seguir como diante da coexistência de dois vetores, um gerado pela intensificação das dinâmicas de circulação do capital e pela necessidade de rompimento das barreiras espaciais para otimizar o tempo e outro pela necessidade de se manter os serviços ambientais prestados pelas florestas e mananciais, surgem ações coletivas, atores, repertórios e toda sorte de conflitos socioambientais inseridos em arenas políticas de governança global.

O Parque Estadual da Cantareira (PEC), área de relevo acidentado situado na Zona norte da Região Metropolitana de São Paulo abriga uma das maiores florestas urbanas do planeta e um dos poucos remanescentes florestais que vem sendo submetido à intensa devastação em função do processo de expansão da área edificada da metrópole.

Figura 1 – Áreas prioritárias para pesquisa no Parque da Cantareira



Fonte: Fioravanti, 2013

A área de contato da zona edificada com a floresta apresenta uma grande densidade demográfica, principalmente em sua zona de amortecimento e caracteriza-se como um território extremamente vulnerável ao crescimento do tecido urbano, ao parcelamento do solo e à mercantilização da paisagem e de seu patrimônio. O PEC tem se constituído como um fecundo laboratório para ciências ambientais, sociais e políticas, apresentando um conjunto de experiências territoriais e comunitárias que englobam desde as primeiras políticas ambientais do Estado até o associativismo e a militância ambiental marcada pela manifestação política de um novo civismo⁴⁷.

Ao refletir sobre as práticas cívicas numa democracia em busca de participação e do amadurecimento da cidadania, partiremos do pressuposto, em nosso método de análise, de que todo o processo de desenvolvimento é “per si” político e contencioso, palco para desdobramento de lutas entre classes sociais e entre sujeitos sociopolíticos portadores de decisões transformadoras⁴⁸.

Para melhor observarmos a centralidade das decisões relacionadas à Floresta Urbana Cantareira e seus resultados espaciais foi preciso ampliar nossa percepção sobre o planejamento urbano da região, seus ciclos históricos, mudanças sócioespaciais e conflitos de poder em múltiplas escalas de aná-

47. Ferreira 2005.

48. Brandão, 2001.

lise, tendo como pano de fundo uma arena política onde sujeitos e grupos confrontam visões antagônicas e, por vezes, inconciliáveis sobre a floresta e a cidade.

Como veremos, descrever e analisar o surgimento e a continuidade do movimento ambiental urbano em prol da Cantareira envolve também a discussão sobre processos de licenciamento ambiental baseados na elaboração de Estudos de Impacto Ambiental / Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e a legitimação políticas em constante conflito com as populações locais.

Fundamentados não só em análise documental e pesquisas bibliográficas, mas em entrevistas com ativistas ambientais e pesquisa-participação, buscaremos destacar quatro momentos decisivos que motivaram as ações coletivas e ciclos de protestos do movimento ambiental liderados por moradores da Serra da Cantareira em contraposição a projetos de obras nessa área, tanto por parte do governo municipal quanto do estadual. Os quatro ciclos de protestos e ações coletivas que compõem este estudo de caso são:

1. 1988: Movimento contra a Avenida de Fundo de Vale do Bairro Tremembé (Município de São Paulo). Prefeitura Jânio Quadros;
2. 1994: Movimento contra a Via Perimetral Metropolitana e pela criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo;
3. 2004: Movimento S.O.S Cantareira I - Que culminou no não licenciamento do Trecho Norte do Rodoanel na Cantareira;
4. 2011: Movimento S.O.S Cantareira II - Movimento atual que antecedeu à licença prévia ao Trecho Norte do Rodoanel (concedida em 2011).

Por se tratar de momentos de grande visibilidade dos confrontos políticos e socioambientais da Cantareira, buscaremos aprofundar a caracterização não só das ações coletivas, mas também dos sujeitos, tipos de liderança e cenários políticos.

ENTENDENDO AS AÇÕES TRANSNACIONAIS DA CANTAREIRA

A transnacionalização de ações coletivas se dá quando os atores domésticos trabalham repertórios para além das fronteiras nacionais, através do uso de oportunidades políticas proporcionadas por organizações internacionais, agências multilaterais, regimes internacionais ou tratados de política externa, inseridos dentro de um universo de governança global. Segundo Jacobi (2000), na área ambiental, as redes sociais vêm permitindo que ato-

res transnacionais heterogêneos e entidades de diferentes nacionalidades se articulem, influenciem decisões do Estado, dentro de premissas que estimulam cada vez mais *accountability*.

Sem dúvida, a única conexão que a lei positiva (ou seja, criando sanções) pode oferecer é *accountability* baseada na capacidade dos eleitores, individuais ou grupais, de exigir que os representantes expliquem o que fazem, respondam por, sejam responsabilizados [...] Mas a pré-condição mais importante para que um sistema de *accountability* realmente funcione é a atividade dos cidadãos nos fóruns públicos democráticos e na sociedade civil. (Arato, 2001, p.91-101).

O termo *accountability* vem sendo frequentemente associado à prestação de contas, ao controle e transparência sobre o investimento público e à responsabilização dos gestores. Segundo Campos (1990 p.48), a incorporação de *accountable* na administração pública brasileira estaria diretamente relacionada às chances de: a) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; b) descentralização e transparência do aparato governamental; e c) substituição dos valores tradicionais por valores sociais emergentes. Ao buscar implementar um Grande Projeto Urbano, *accountability* tornar-se-ia um importante elemento de governança e de prevenção de formas de abuso do poder e comportamentos inapropriados por parte dos gestores.

Desde os primeiros confrontos com o poder público na Cantareira, quando se lançou mão de um amplo repertório de ações coletivas buscando influenciar o poder local através da interação dos atores com instituições internacionais e agências multilaterais de financiamento, o que de fato estava sendo colocado em jogo era a melhoria do sistema de *accountability*, bastante incipiente no Brasil, principalmente no que diz respeito à instalação de Grandes Projetos Urbanos e aos impactos socioambientais sobre comunidades e ecossistemas locais.

Nas lutas da Cantareira, já em 1989, buscou-se estabelecer um grupo de pressão no Environmental Defense Fund buscando influenciar a decisão das agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Até 1994, os ambientalistas haviam consolidado valiosas alianças com organizações internacionais. O Título da Reserva da Biosfera da UNESCO ao Cinturão Verde de São Paulo (RBCV-SP) foi, sem dúvida, o principal resultado do ativismo transnacional da Cantareira com a participação de organizações anglo-saxônicas, de todas as Américas e até mesmo da África.

Tais ações transnacionais iniciaram-se a partir do ativismo de moradores do Tremembé como o engenheiro florestal Mauro A. Victor, sua esposa Vera L. Braga e o cantor e compositor, tradutor Malcom Forest, atual presidente da Associação de Amigos e Moradores da RBCV-SP).

É importante destacar a atuação de Mauro Victor ainda ativo no movimento como poucos. Mauro foi exonerado do cargo de diretor do Instituto Florestal durante a ditadura, ainda nos anos 70, devido a um conflito direto com o governador do Estado de São Paulo envolvendo a construção de uma estrada na Unidade de Conservação hoje denominada Caverna do Diabo situada no Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo. Acusado de comunista pelo governo, Mauro Victor, então funcionário público de carreira, exilou-se e atuou por longos anos como consultor da ONU e em diversos programas na América do Sul e Caribe, onde estabeleceu importantes contatos com agências internacionais.

O artista Malcom Forest, de nacionalidade brasileira e norte-americana, completou seus estudos na UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles), onde tomou contato com grupos ambientalistas californianos nos anos 70. Ao voltar para o Brasil, Malcom Forest, impactado com as mudanças drásticas na paisagem da Cantareira uniu-se aos demais ambientalistas do Tremembé.

Tarrow (2009) chama esses atores de “cosmopolitas enraizados”, isto porque os ativistas transnacionais estariam, ao mesmo tempo, enraizados em contextos nacionais específicos e inseridos em redes transnacionais que promovem atividades políticas e ações coletivas globais de contestação. Para entendermos o ativismo transnacional, torna-se fundamental nos valermos do conceito de Estrutura de Oportunidade Política em um contexto internacional. Através do conceito de “conexão frouxa”, o autor chama ainda a atenção para a emergência de mecanismos que fazem a ponte entre as estruturas de oportunidades políticas nacionais e internacionais de forma sistemática, sem que a ação local seja deslocada. Tais mecanismos estariam se desenvolvendo entre os Estados Nação, atores não estatais e as instituições internacionais. Para Tarrow (2005), os movimentos transnacionais possuem um grande potencial para a formação de uma nova política que transcende as formas institucionalizadas do Estado-Nação e das democracias liberais em suas vertentes desenvolvimentistas em uma era de extensa globalização.

Nenhum desses processos mudou radicalmente o equilíbrio global, passando da política nacional à internacional, e todos eles operam dentro de instituições internacionais e de estruturas de poder na-

cional. Entretanto, analisados em conjunto, apresentam algumas virtudes positivas para os ativistas e defensores dos direitos humanos: Em primeiro lugar, traduzem as normas e práticas internacionais em políticas internas. Em segundo lugar, concedem aos atores nacionais a experiência de trabalhar em instituições internacionais e com aliados externos. E, em terceiro lugar, tanto no caso da transnacionalização quanto das coalizões de insiders/ outsiders, eles podem produzir, no mínimo, coalizões temporárias que cruzam fronteiras, o mais próximo que o mundo conseguiu chegar da criação de movimentos sociais globais. (Tarrow, 2005, p.9).

ESCALAS E CONFLITOS

Ao estudarmos os conflitos socioambientais da Cantareira, percebemos que apesar de alguns atores e grupos sociais atuarem em diversas escalas (local, regional, nacional ou global) cada ator tem um nível principal de eficácia política.

Vários tipos de ações (técnica do enxameamento) demandam diferenciados tipos de agentes políticos, atuando cada qual em sua escala de maior influência. As ações coletivas do mais recente ciclo de protesto da Cantareira foram compostas por uma variedade de formas que vão desde passeatas, abaixo-assinados e ações jurídicas e transnacionais, até o ativismo no interior de partidos políticos e instituições públicas. Como diria Brandão (2008, p.14), é fundamental encontrar a escala adequada de análise para que as “alianças possam ser construídas, e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas.”

Segundo Brandão (2004, p.13): “a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente”. Dessa forma, as escalas podem tanto servir ao campo epistemológico da Ecologia Política, como categorias analíticas de análise dos conflitos socioambientais, como para o ativismo transnacional, como instrumentos decisivos para a atuação dos movimentos nos territórios e fora deles.

Os atores transnacionais geralmente apresentam uma percepção bastante ampliada das dinâmicas multiescalares dos conflitos políticos, dedicando-se a analisar a influência de uma escala sobre a outra com o objetivo de identificar, preparar e acionar os aliados mais importantes para o domínio da disputa. As escalas, além de serem interpretadas pelos sujeitos sociopolíticos como elementos decisivos para a formulação de estratégias de mobi-

lização e contestação, podem ser percebidas, elas mesmas, como o próprio campo de embate dos conflitos.

Os ativistas visualizam a espacialidade da ação contestatória e o campo de lutas propriamente dito de modo a poderem acompanhar a dinâmica do confronto e a formação das redes que se expandem para além do território nacional. Tal estratégia multiescalar de planejamento da ação política tem garantido aos ativistas uma melhor atuação sobre os processos macroestruturais do planejamento governamental e a reprodução de sua campanha em diferentes arenas políticas e *lôcus* de embates.

Esse locus de embates e enfrentamentos não pode ser definido em si, mas apenas em relação com o outro. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. (Brandão, 2008, p.13).

Por esse locus se configurar como um campo relacional de poder, o objetivo dos ativistas é, sobretudo, ampliar o arco de alianças em diferentes escalas, expandindo a influência do movimento nas esferas municipais, estaduais, nacionais e internacionais, na medida em que uma série de competências político-administrativas, jurisdições, instituições de governo e instâncias de poder político se sobrepõem ao nível local da municipalidade, onde os impactos e conflitos relacionados à obra são mais visíveis.

CONTRA RIMA X RIMA DO PODER

Como aconteceu em 1988, em 2010, o movimento ambientalista apresentou um novo Contra-Rima, o segundo da história da Cantareira⁴⁹. Esse documento teve como objetivo:

Dimensionar ao agente financiador, qual a real dimensão dos impactos ambientais do empreendimento em visão macro, holística e integrada – com perspectivas não do desenvolvimentismo e do rodoviário, mas de ecocities e de sustentabilidade”. O EIA/RIMA enfatiza somente a economia obtida a partir da adoção de um modelo rodoviário “[...] considerando a velocidade e redução de tempo em

49. O primeiro Contra-Rima da Cantareira foi fundamental para o bloqueio de recursos no valor de US\$ 48 milhões do BID sendo encaminhado ao Presidente do BID, na época o Sr. Ortiz Mena com o respaldo do Environmental Defense Fund (EDF), Sierra Club, Audubon Society, Friends of the Earth-UK, Friends of The Earth-Sweden, International Probe e muitas outras ONGs de renome internacional.

viagens para automóveis e veículos comerciais e ainda as possíveis vantagens socioeconômicas com projeção aos anos de 2014 a 2039. (Contra-Rima, 2010, p.5 e 67).

Mais uma vez, os atores transnacionais da Cantareira buscaram influenciar a decisão das agências multilaterais, buscando interromper o financiamento. Porém, se em 1989, os EIA/RIMAS do poder eram raros e inexperientes se comparados aos conhecimentos técnicos dos ambientalistas, em 2010, proliferaram as consultorias especializadas e a ampliou-se a experiência governamental com estes mecanismos de licenciamento.

O Contra- Rima dos ambientalistas foi traduzido para o inglês e reuniu em 152 páginas muitas argumentações de diversos representantes do movimento, além de pesquisadores renomados. Por esta razão, convêm aqui tomá-lo como referência para análise das reivindicações e contestações técnicas elaboradas pelo movimento.

A metodologia adotada no EIA do Rodoanel trecho Norte traz uma adaptação da Matriz Clássica de Leopold (1971) e outros autores, apresentando uma concepção de diagnóstico por componente ambiental e sua relação com as áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento conforme fases de projeto e execução.

O documento EIA apresentado pelo empreendedor possui dez capítulos sendo: 1. Apresentação; 2. Justificativa do empreendimento; 3. Estudo de alternativas; 4. Caracterização do empreendimento; 5. Diagnóstico ambiental; 6. Marco legal e institucional; 7. Avaliação ambiental; 8. Conclusão; 9. Referências bibliográficas e 10. Equipe técnica, complementados por quatro volumes de anexos, principalmente mapas. O documento RIMA possui um volume com os principais resultados do EIA em linguagem acessível para a maioria das pessoas. O EIA define como objeto de licenciamento:

Todas as obras necessárias à construção do Trecho Norte, incluindo as intervenções previstas no interior da futura faixa de domínio, as áreas de apoio necessárias à execução da rodovia, mesmo que temporárias, tais como: canteiro de obras, usinas de solo, usinas de asfalto, bota-fora de material de fresagem e/ou entulho, bota-fora de material excedente de limpeza e/ou resíduos florestais, área para estocagem provisória do horizonte orgânico do solo removido da faixa de domínio, bota-fora para solos moles, bota-fora para material excedente de corte, bota-fora para material retirado da escavação

de túneis, áreas de empréstimo e pátios de vigas. (Parecer Técnico RBCV sobre o Trecho Norte do Rodoanel, 2010, p. 06).

O Contra-Rima, elaborado por solicitação do PROAM⁵⁰ e do Coletivo das Entidades Ambientalistas chamou a atenção sobretudo aos aspectos ilegais da obra, seja no desrespeito ao Plano Diretor Municipal da cidade de São Paulo, seja na violação às ZEP (Zona Especial de Proteção), ZEPAM (Zona Especial de Preservação Ambiental), ZEPEC (Zona Especial de Preservação Cultural) e ZPDS (Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável).

A região no entorno do Parque Estadual da Cantareira deveria abrigar Parques em um programa denominado Parques de Borda da Cantareira, o qual contempla sete parques, alguns somente planejados outros já com decreto de utilidade pública. O projeto do Rodoanel no entanto deita por terra todo este projeto do Plano Diretor, pois os parques planejados serão cortados pelo trajeto da obra e um oitavo será utilizado como bota fora para o material excedente de terra. (Contra Rima, 2011, p.128).

O documento aponta sequencialmente 14 “falácias” do Rodoanel:

7. Não elimina congestionamentos do centro;
8. Não elimina a poluição do centro;
9. Não atua como via bloqueada-induz expansão da mancha urbana;
10. A remoção de populações viola direitos humanos;
11. Ociência/tecnologia;
12. Altos impactos ambientais não mitigados ou compensados;
13. Massacre da vida silvestre;
14. Previsões iniciais de custos excedidos;
15. Saúde humana e ambiental, qualidade de vida afetadas;
16. Legislação constitucional e infraconstitucional violadas;

50. Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM), uma organização não governamental que estimula ações e políticas públicas com a finalidade de tornar o ambiente saudável, principalmente em grandes áreas urbanas.

17. Processo de licenciamento maculado, antidemocrático;
18. Não obedece ao macroplanejamento estratégico do espaço urbano e suburbano nem contempla o ordenamento territorial, os municípios atravessados ficarão com os passivos socioambientais;
19. Trará impactos diretos e indiretos não considerados-aumento das enchentes na bacia hidrográfica do Tietê.
20. Despreza o patrimônio imaterial da Nação- manifestações artísticas, religiosas e culturais.

Após esmiuçar dos item apresentados acima, os elaboradores do documento concluíram que este projeto só se justifica pelas 4 lógicas particularistas urbanas, a saber: clientelismo urbano - voto e assistencialismo; patrimonialismo urbano - coalizão mercantil da acumulação urbana a partir de obras públicas, concessionárias de serviços públicos prestados pelo setor de transportes coletivos e obras de modo a beneficiar o mercado imobiliário; corporativismo urbano (denuncia o oportunismo e a inexistência de civismo da população) e, por fim, o empresariamento urbano - circuito de atores empresariais e financeiros que se beneficiam com a urbanização sem limites.

Por fim, ao denunciar os mecanismos não democráticos de injustiça ambiental, onde os argumentos das comunidades afetadas não são levados em consideração em favor da circulação do capital para a tomada de decisão política, o Contra-Rima colocou em xeque a questão da governança.

ATIVISMO TRANSNACIONAL DA CANTAREIRA DE 2010 A 2012

A transnacionalização das ações coletivas ambientais encontra, atualmente, grandes dificuldades de viabilização. Além do próprio movimento ambiental estar sofrendo de uma profunda crise discursiva diante do esvaziamento e o desgaste do conceito de desenvolvimento sustentável, a disseminação da ideologia neoliberal em todos os setores da sociedade dificulta a formação de novos quadros para o ativismo. Contudo, a cognição multiescalar sobre o campo de influência do adversário vem possibilitando ao grupo contestador, a formação de novas redes de cooperação entre atores estatais e não-estatais, nacionais e internacionais nos processos políticos e de licenciamento.

Em 2010, os representantes do chamado “coletivo internacional”, que reúne 60 entidades ambientais, fizeram uma teleconferência com integrantes do BID em Washington para discutir o licenciamento do Rodoanel Trecho

Norte. Por meio de um advogado local, já havia sido enviado ao BID o novo “Contra Rima.”

Dessa forma, mais uma vez, o objetivo final da ação transnacional dos ambientalistas seria o bloqueio do empréstimo do BID no valor R\$2 bilhões para o Rodoanel através da contestação do modelo anglo-saxão de licenciamento ambiental aplicado sem governança e accountability.

Esta ação conduzida pelo PROAM, por demanda do Coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo, pretende ser um paradigma contra o modelo anglo-saxão de construção e aprovação dos EIA-RIMA. Essa banalização do instrumento de avaliação ambiental, perpetrada como indústria do carimbo, copia-cola, tem que acabar. Estamos sendo catapultados para uma dimensão de ilusória sensação de crescimento sem limites.” (Contra Rima, 2010, p.5).

O Contra- Rima foi entregue ao BID com o objetivo de que fosse instalado, em São Paulo, um Painel de Investigação MICI (Mecanismo Independente de Consulta e Investigação)⁵¹ para averiguar irregularidades do eia/rima do Rodoanel trecho Norte. Para surpresa de todos, não houve nenhuma resposta formal do BID quanto ao conteúdo do documento, tampouco técnicos do Painel MICI foram designados para apurar as irregularidades no Brasil.

Em 2011, o presidente do PROAM visitou, em Paris, a diretoria do programa *Man and Biosphere* da UNESCO para solicitar uma atitude em relação aos danos ambientais irreversíveis à área núcleo da RBCV-SP⁵². Segundo os ambientalistas, entre os critérios do BID desrespeitados, destaca-se o fato do traçado do trecho norte Rodoanel afetar zonas núcleos de uma Reserva da Biosfera.

Ainda em campanha internacional, o presidente do PROAM foi à Londres levar o apelo pela proteção à RBCV à direção do Programa “Rain Forest Project”, da Casa Real Britânica. A iniciativa resultou em propostas de intervenções que ocorreram durante a Conferência Rio + 20, com a apresentação do caso Rodoanel Trecho Norte durante a palestra “Desconstruindo

51. Segundo a comunicação institucional do BID, o MICI (iniciado em setembro de 2010) é “um recurso institucional que permite que os beneficiários de projetos expressem suas preocupações ou reclamações e busquem soluções de uma maneira consensual para promover o cumprimento das políticas ambientais e sociais do Banco. Ele é parte das reformas realizadas para fazer do BID um Banco Melhor” (BID, 2010).

52. Nesse sentido, a estratégia estimulada pela UNESCO, através do Programa Man and Biosphere das Nações Unidas, constitui-se como uma importante ferramenta para o ativismo transnacional rumo à articulação de redes globais envolvendo diferentes grupos atuantes em prol das RBs.

a crise civilizacional, um olhar sobre a Rio + 20 – Controle social, existe no Brasil?”, ministrada, pelo engenheiro florestal Mauro Victor, com objetivo de sensibilizar a comunidade internacional sobre a ausência de governança no processo de licenciamento brasileiro.

Por se tratar de obra de profundo impacto num dos maiores aglomerados humanos do Planeta e por comprometer a integridade da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, assim reconhecida pela UNESCO, este é um caso paradigmático a ser relatado na RIO+20, para mostrar até que ponto as chamadas agências multilaterais de desenvolvimento, como o BID, o Banco Mundial, o JBIC, entre outros, realmente estão comprometidas com a sobrevivência planetária, muito mais do que com a falaciosa sustentabilidade, jargão já tão desacreditado. (Contra Rima, 2010, p.3).

Como podemos notar, mais uma vez, neste ciclo de protesto, foi destacada a figura da RBCV-SP, objeto de disputa e controle social para um ambientalismo brasileiro que se mobiliza cada vez mais em favor de ecossistemas ameaçados, desempenhando um papel dinâmico que repercute globalmente.

Na apresentação dos ambientalistas da Cantareira na Rio + 20, a contestação sobre EIA/Rima do Rodoanel abrangeu 7 dimensões temáticas, tendo 4 escalas (local, regional, nacional e global) vinculadas às esferas legislativa/institucional.

Durante todo o processo de licenciamento, a ideia de governança foi destacada como a necessidade de democratização e estabelecimento de novas regras que orientem o processo decisório brasileiro. Esta ideia de Governança difere de outra bastante difundida por agências multilaterais que melhor se identifica com a maneira pela qual as instituições públicas encarregadas pela formulação e implementação de políticas econômicas se estabelecem e suas ações e consequências sobre o desenvolvimento (Capella, 2008).

Ao contrário dessa visão meramente institucional e econômica, uma governança participativa busca, sobretudo, alternativas para aplicação de novos instrumentos de controle e *accountability*. Esta busca do movimento ambiental resultou, em 2012, em uma nova aliança do ambientalismo da Cantareira com o “*Accountability Counsel*” da *School of Law* da Universidade de Berkeley na Califórnia. Articulada com o apoio do *Students for Economic and Environmental Justice* (“SEEJ”), o objetivo desta aliança tem sido a obtenção de aliados no senado dos EUA, de modo que seja possível fundar um processo de *accountability* no Rodoanel capaz de reavaliar seus critérios para o financiamento internacional.

Todavia, até abril de 2013, as tentativas de interromper o financiamento internacional não funcionaram. Após a liberação dos recursos do Governo Federal em 2011 no valor de R\$ 1,72 bilhão, em 2012 o BID anunciou a liberação do maior empréstimo do banco a um empreendimento brasileiro no valor de US\$1,148 bilhão.

O maior motivo atribuído pelos ambientalistas ao fracasso da interrupção do financiamento foi a não instauração do painel de investigação MICI. Segundo os ambientalistas, a vinda do MICI ao Brasil, prevista para outubro de 2010 não aconteceu em função do competente *lobby* de seus oponentes, os representantes do governo, junto ao banco.

Apesar de terem recebido constantes denúncias sobre o processo de licenciamento do trecho do Norte do Rodoanel, o Painel presidido pelo *chairman* Werner Kiene não compareceu ao Brasil, alegando falta de recursos aos ambientalistas. Quando as denúncias dos ambientalistas, apoiadas pela Berkeley enfim chegaram a 26 membros do senado dos EUA, criando certa repercussão internacional, o BID prometeu novamente vir ao Brasil para instaurar o tal painel.

A LUTA PELA APROPRIAÇÃO DA CIDADE

Embora seja complexo tratarmos das identidades territoriais (Haesbaert, 2007) nas sociedades urbanas⁵³ em um contexto de globalização cada vez mais fadado à mercantilização do espaço e constantes perdas e destruições do patrimônio, a Serra da Cantareira, com seus atributos materiais e simbólicos, é percebida pelos seus moradores como lugar, paisagem e território, estritamente ligada à memória e à identidade, sendo a sua preservação parte da “luta pela apropriação da cidade” (Magaldi, 1992, p.21).

A apropriação da cidade, como aponta o geógrafo David Harvey (2004), tem se dado através de dinâmicas de “desenvolvimento desigual geográfico” restando, em alguns casos, “espaços de esperança” onde operam forças políticas de mudança e contestação que se contrapõem à lógica destrutiva inerente ao processo de globalização e de “dominação e apropriação assimétricos exercida por variados veículos de poder” (Brandão, 2001).

Esse locus de lutas e resistência à pressão do capital rentista é chamado de “espaços da esperança” por David Harvey em seu mais recente livro “*Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*” (2012) que reúne

53. Lefebvre (1968, p.1-3) reserva o termo “sociedade urbana” à sociedade industrial ou pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. “Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas.”

uma síntese de seu trabalho sobre urbanismo e diálogos com Henry Lefebvre. “Espaços da esperança” surgem em territórios como a Cantareira, de complexidade díspar, com impactos desiguais, assimétricos e heterogêneos, configurando lógicas hierarquizadas e segregações espaciais em um sistema urbano em crise, constantemente marcado pela degradação permanente do seu meio ambiente. Em busca de sentidos *rebeldes* para as lutas empreendidas por um leque muito mais amplo de grupos e movimentos, David Harvey (2012) enxerga nas grandes metrópoles, não só o locus da desigualdade, da devastação da natureza e concentração do capital, mas as melhores possibilidades de superação das contradições do capitalismo.

Após 25 anos de resistência, os conflitos entre moradores da Cantareira e o poder público confirmam as dificuldades encontradas pelos governos em contemplar aspectos imateriais e culturais durante a implementação de políticas públicas hegemônicas, “*top downs*” que desconsideram as memórias presentes no território.

As resistências e as esperanças mantidas pelos moradores da Cantareira em situações adversas tais como o deslocamento compulsório, a perda de referências espaciais e os impactos sobre a paisagem produzidos pelo processo de “desenvolvimento”, validam a tese de Raffestin (2003, p.7) de que as ações coletivas reproduzidas por cada geração são cruciais para a formação de um “território de referência”⁵⁴, aquele que é, ao mesmo tempo, material e imaterial, histórico e imaginário, individual e coletivo.

Diante de um processo continuado de esquecimento sobre esquecimento, de rupturas com o passado e grandes transformações territoriais, não podemos prescindir da construção de outro horizonte historiográfico, diferente daquele da centralidade do Poder hegemônico.

A construção de outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistência e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania. (Paoli, 1992, p.27).

54. Explica Raffestin que o território de referência é justamente aquele dos antepassados. Não é o território que se habita, mas aquele que se habitou ou se conhece através de leituras e da memória, da infância e nutre a identidade atual. Havendo ainda, para o autor, o território do cotidiano, o território das trocas e o território do sagrado. “O território do cotidiano é, ao mesmo tempo, aquele da tensão e da distensão, aquele de uma territorialidade imediata, banal e original” (Raffestin, 2003, p.6).

Compreendemos que a elaboração dos significados do passado dá-se através da experiência coletiva da formação da cultura em uma sociedade urbana sustentada a partir de relações descontínuas de tempo/espaço que constituem o que hoje chamamos de modernidade: “a constante produção do novo que desafia a compreensão e a intervenção na cidade” (Paoli, 1992. p. 25).

A RETOMADA DO MOVIMENTO S.O.S CANTAREIRA - NOVOS TEMPOS

Para moradores da zona de amortecimento do Parque estadual da Cantareira, a opção pela mobilização comunitária e/ou ambiental está ligada à necessidade de encontrar um *modus vivendi* e à afirmação de sua identidade e seu direito à moradia digna. Assim, mais uma vez, em 2010, movidos pela necessidade e por interesses defensivos, moradores da Cantareira iniciariam um novo ciclo de protesto de novas ações coletivas.

Contudo, mesmo para os ambientalistas mais experientes, uma nova confrontação contra do Rodoanel não parecia ser uma simples tarefa. Após 8 anos de pesados investimentos em propaganda, a maior parte da população estava convencida de que o Rodoanel traria a solução para os grandes engarrafamentos das avenidas marginais aos rios Tiete e Pinheiros, importantes vias quase que obrigatórias para os veículos que objetivam transpor a cidade em várias direções.

Se compararmos o momento atual com o cenário político dos conflitos de 1988 a 2002, podemos constatar muitas mudanças sociais, seja nas formas de governança e governabilidade do Estado, seja no próprio movimento ambiental que se fragmentou em diversas formas de ambientalismo, muitas vezes inconciliáveis entre si. Além disso, da ampla incorporação do EIA/RIMA e dos avanços da política ambiental a partir dos anos 90, derivaram empresas e consultorias especializadas na produção de relatórios, além de cursos de graduação em engenharia e Gestão ambiental, além de cursos de pós graduação profissionalizantes que passaram a qualificar um grande número de profissionais para lidar com os procedimentos administrativos e técnicos para a obtenção das licenças ambientais.

Enquanto o Movimento S.O.S Cantareira adormeceu por longos seis anos, não se ocupando com a formação de novos quadros e mantendo seu caráter voluntarista, seu principal adversário ganhava experiência com construção dos trechos oeste e sul do rodoanel, cooptando importantes colaboradores vindos das universidades, do campo do direito, da educação e da cultura, ampliando sua campanha como nunca antes imaginado⁵⁵. Mesmo para os

55. Entre as estratégias de marketing adotadas pelo DERSA destacam-se a elaboração do “gibi da Turma da Mônica do Trecho Sul do Rodoanel”, revista em quadrinhos com personagens conhecidos

ativistas mais otimistas, o momento histórico e a conjuntura política pareciam desoladores.

A respeito dessa situação, ambientalista Mauro declarou em entrevista que os “ritos de licenciamento” progrediram muito favorecendo o adversário e seu capital intelectual. A figura do “*facilitator*” do licenciamento, mencionada por Victor, se tornou central para entendermos o desenrolar do conflito no momento atual. O “*facilitator*” de um processo de licenciamento está munido de um conjunto de habilidades, competências e recursos que os políticos dos finais dos anos 80 não possuíam, entre as quais podemos citar:

- 11) Conhecimento sobre o processo de licenciamento e um quadro de profissionais especializados disponíveis no mercado;
- 12) Apropriação do discurso da participação comunitária, responsabilidade ambiental e modernização ecológica;
- 13) Recursos financeiros disponíveis para contratação de melhores especialistas da área ambiental, das engenharias, e da arqueologia, entre outras.

As desvantagens dos ambientalistas acirraram-se ainda com a nomeação de uma equipe de peso para a Secretaria de Logística e Transportes pelo governo do estado de São Paulo, Laurence Casa Grande, atual diretor do DERSA, que foi anteriormente diretor da multinacional Kroll. A empresa de investigação foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara dos Deputados em 2009, sob suspeita de patrocinar espionagem e escutas ilegais⁵⁶, tendo também sido investigada pela Polícia Federal a ligação da empresa com a CIA (Agência de Inteligência Americana) em 2006⁵⁷.

Apesar dos constantes enfrentamentos, a ação dos ambientalistas foi minimizada pelo trabalho destes profissionais. Várias estratégias adotadas de maneira eficaz pelos ambientalistas em outros momentos foram facilmente

do público infantil o “Autorama do Rodoanel” para alunos do ensino médio e o ônibus do Rodoanel que passava pelas comunidades explicando a obra. Este já foi barrado em sua versão de 1987 por forte ação da comunidade local. O que fazer agora? Ocorreram reuniões na cidade de Guarulhos e no bairro paulistano do Tremembé com comunidades atingidas e ambientalistas. Os ritos de licenciamento prosperavam fortemente, amparados pela venalidade do sistema de avaliação ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, fragilizada depois de gestões políticas pouco criteriosas. A consequência tem sido o baixo nível de exigência para o empreendedor que é o próprio governo; mínima exigência social, por um Conselho Estadual de Meio Ambiente sucateado pela perda de sua qualidade democrática; forte pressão sobre a imprensa com uma barreira econômica quase intransponível – tudo isso desguarnecendo qualquer possibilidade de reação social com mínima condição de equilíbrio de forças (Contra- Rima, 2010).

56. Folha de S. Paulo, 23 de janeiro de 2011.

57. Folha de S. Paulo, 29 de maio de 2006.

neutralizadas, a exemplo do cancelamento das audiências e do lobby com Ministério do Meio Ambiente e com o IBAMA.

Neste último ciclo de protesto pela defesa da Cantareira, foram reunidas aproximadamente 20.000 assinaturas contra a instalação do Rodoanel na zona de amortecimento, realizadas 2 passeatas, 2 ações jurídicas coletivas no Ministério Público Estadual, diversas ações na Defensoria Pública e denúncias à Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, além de diversas micro mobilizações pela cidade.

A divulgação do EIA/RIMA do traçado norte trouxe grande comoção às populações afetadas e aos ambientalistas da Cantareira. As comunidades locais buscavam se organizar, através de reuniões e seminários realizados nas associações de moradores, ONGs, igrejas e clubes locais.

No segundo semestre de 2010, o movimento ambiental e as associações de bairro começaram a divulgar as informações às comunidades através de Blogs a exemplo do ZN na Linha (antigo Tremembé na Linha), site da Rede de Cooperação da Cantareira (RECANTA), Associação Cantareira, blog do bairro Jardim Pery e outros mais ligados às denúncias sobre o rodoanel. Muitas comunidades passaram a utilizar os blogs como o principal meio para as mobilizações das ações coletivas.

Na medida em que a notícia era divulgada não se sabia ainda como agir. Desmobilizado desde 2004, o movimento S.O.S Cantareira e suas lideranças anteriores⁵⁸ estavam desconectados e ainda não havia uma estratégia definida para uma nova campanha.

Como dizer não ao Rodoanel? O projeto tinha ganhado a simpatia da sociedade paulistana e há muito já saíra do papel, tendo três trechos licenciados e dois concluídos. A circulação de um abaixo-assinado contra a instalação do Rodoanel na zona de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira foi a primeira ação do movimento. O documento começou a circular no II Encontro de Educadores e Voluntários da Cantareira promovido pela RECANTA⁵⁹, um mês depois da divulgação do EIA/RIMA.

O encontro atraiu 80 voluntários e educadores das instituições de ensino associadas a RECANTA, além de lideranças comunitárias e ativistas ambientais das regiões do entorno. Durante o encontro, foram propostas di-

58. Cabe ressaltar que as lideranças do movimento S.O.S Cantareira I eram, em sua maioria, moradores da face norte do entorno do PEC, que não seria mais afetada na versão atual do traçado.

59. A Rede de Cooperação da Cantareira tem como objetivo congregar associações de moradores, instituições de ensino, movimentos populares, agências governamentais em um trabalho de rede visando o empoderamento das populações do entorno do Parque Estadual da Cantareira, constantemente ameaçado, sensibilizando as gerações futuras sobre a importância desta floresta urbana para qualidade de vida de milhões de habitantes. www.recanta.org.br

nâmicas onde os participantes puderam compartilhar experiências, críticas e opiniões, assim como elaborar coletivamente planos de ação para o desenvolvimento da campanha de informação da comunidade. Podemos citar os seguintes apontamentos feitos pelos participantes durante este encontro:

Restava assim, aos voluntários, ligados ou não às associações cívicas da Cantareira, iniciar um novo ciclo de protestos (o quarto da Cantareira) em um momento em que todos os trechos já haviam sido licenciados e em que maioria da população após anos de intensa propaganda da obra, considerava a obra boa em si mesma ou o mal necessário.

Após esse primeiro encontro foi realizada uma reflexão mais ampla sobre as estratégias de Campanha sendo colocada em pauta a importância do resgate de modelos, repertórios inseridos na história e na memória coletiva das ações em prol da Cantareira para o fortalecimento identidade do movimento.

CONCLUSÃO

Todos os ciclos de protestos e contestação das políticas governamentais de intervenção na Cantareira em seus 25 anos de resistência tiveram em comum uma orientação socioambiental e contribuíram amplamente para a ampliação do debate em torno de Unidades de Conservação, mostrando a impossibilidade de reduzir suas questões a uma abordagem meramente conservacionista ou utilitária da natureza e dos serviços ambientais.

Foi possível perceber como, atualmente, muitos conflitos socioambientais e movimentos populares urbanos vem sendo motivados pelos impactos gerados pela implantação dos Grandes Projetos Urbanos. Principalmente em países em desenvolvimento, grandes florestas urbanas como a Cantareira, Tijuca e Mumbai (na Índia) têm um histórico bastante sensível de injustiça ambiental. A proximidade das florestas, Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental com grandes cidades em crescimento acelerado ocasiona geralmente maiores riscos de contaminação, degradação, extinção à biodiversidade, poluição, além de grande vulnerabilidade para população residente em seu entorno.

Diante do agravamento da crise ambiental, a politização da Ecologia ou a ecologização da Política, torna-se fundamental para os estudos relacionados às florestas urbanas. No meio urbano, os diversos tipos de ambientalismo incorporam uma multiplicidade de demandas sociais e grupos de interesses variados, não se restringindo apenas ao um pequeno círculo de ativistas, ou uma elite, mas se expandindo por diversos segmentos da sociedade, demais movimentos sociais, congregando uma ampla gama de atores

que buscam dar uma maior abrangência às suas demandas sociais e direitos democráticos em um movimento, simultaneamente, local e global em favor de florestas urbanas.

A ampliação da escala do movimento para os fóruns internacionais, sobretudo nos organismos multilaterais de financiamento de projetos de desenvolvimento apresentaram resultados positivos inicialmente. Na continuidade do processo o governo recuou, redimensionou o projeto, redefiniu as áreas que seriam afetadas pela obra e com o passar dos anos, o movimento de contestação se esvazia e mas o Estado mantém sua disposição em executar o projeto.

Os órgãos responsáveis por avaliar os financiamentos internacionais ganham então espaço político para ceder à pressão política governamental, restando entretanto como ganhos do movimento uma série de concessões em relação ao projeto original.

É muito pouco, entretanto mesmo esse pouco não seria conseguido sem o movimento e a mobilização e seguramente servirá de exemplo para que as autoridades governamentais passem a considerar com mais atenção às demandas da população afetadas pelas suas obras e não desconsiderem os movimentos de reivindicação e contestação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATO, A. Representação, soberania popular e accountability. **Lua Nova**, CEDEC, São Paulo. Nº 55-56, 2002.

BRANDÃO, C. A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro, **Cadernos IPPUR**, v. XV, n. 1, p. 119-134, jan./jul., 2001.

_____. Desenvolvimento, território e escalas espaciais. Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Editora da UFBA, Salvador, 2008.

_____. Pactos em Territórios: Escalas de abordagem e ações pelo Desenvolvimento: **O&S**, Editora da Universidade Federal da Bahia - v.15 - n.45 - Abril/Junho 2008.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

CAPELLA, A. Menos governo e mais governança? Repensando a lógica da ação estatal. **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, 6º, Campinas: UNICAMP, v. 29, 2008.

COLETIVO DE ENTIDADES AMBIENTAIS. *Contra-Rima*, São Paulo, 2010.

FERREIRA L. C. Conflitos Sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 04, n.7, 2005.

FIORAVANTI, C. A redescoberta de uma floresta, **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 207, São Paulo, 2013. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/05/14>, acessado em 04/2014.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: *Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, p. 33-56, 2007.

HARVEY, D. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso, New York, 2012.

JACOBI, P. R. Meio ambiente e redes sociais: dimensões Inter setoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, 2000.

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2008.

LEOPOLD, LUNA B. ET ALII. A Procedure for Evaluating Environmental Impact. **Geological Survey Circular**, nº 645, Washington, 1971.

MAGALDI, C. O. Público e o Privado - Propriedade e interesse cultural. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL. Parecer Técnico RBCV sobre o Trecho Norte do Rodoanel, São Paulo, 2010.

RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: Dematteis, G. e Ferraino, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES, 2003.

TARROW, S. *The new transnational activism*. Cambridge University Press, 2005.

_____. Outsiders insiders e Insiders outsiders: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 151-161, Jan./Abr. 2009.